



## PARA ALÉM DA ÁGUA COMO MERCADORIA

**Marcela de Moraes Agudo\***  
**Lucas André Teixeira\*\***

Em vários momentos de nosso percurso formativo, como professores e pesquisadores na área de produção do conhecimento em educação ambiental, nos deparamos, nas escolas, com ações educativas em que os professores ensinam aos seus alunos que não devem deixar a torneira aberta, nem lavar a calçada com a mangueira, e muito menos tomar banhos longos, entre outros tantos comportamentos considerados ambientalmente inadequados.

Embora reconheçamos a importância e a necessidade do desenvolvimento desses valores e atitudes no processo educativo ambiental, compreendemos que a questão da água como bem natural essencial à vida, requer uma abordagem educativa que ultrapassa o uso imediato, individual e recursista.

Esse tipo de abordagem que é comum no processo de ensino e aprendizagem escolar, tem como pano de fundo a crença de que “cada um fazer sua parte” resolverá a crise socioambiental que enfrentamos. Na tentativa de buscar pressupostos que permitam a crítica e a superação dessa perspectiva que carrega conteúdos e valores filosóficos-políticos que atendem aos interesses de uma lógica que fragmenta e individualiza os conhecimentos, buscamos respaldo nos fundamentos do que se constitui a educação ambiental crítica no Brasil.

As tendências críticas em educação ambiental buscam o enfrentamento dessas perspectivas comportamentais que tem se apresentado como hegemônicas e que podem ser compreendidas numa perspectiva individualista e fragmentada, visando o desenvolvimento de atitudes e competências individualistas para lidar com os problemas ambientais, dentre eles, o da água. De maneira geral, a educação ambiental crítica toma como pressuposto essencial a necessidade de uma análise histórico-crítica das questões socioambientais a partir de um processo histórico, social, cultural, econômico e político que as envolve (TOZONI-REIS, 2008).

Na conjuntura em que vivemos, onde a problemática ambiental que se constitui como mais uma das crises do modo de produção da vida, há uma grande valorização decorrente do acirramento em relação ao consumo e à disponibilidade de água, cuja argumentação recai sobre a necessidade de conservarmos os recursos para as gerações futuras. Essa tendência se revela conservadora de acordo com Layrargues e Lima (2014) e é reforçada pela grande mídia por meio de várias campanhas individualizantes na busca de um “culpado” pela escassez de água.

Essa perspectiva fragmentada de se analisar a totalidade envolvida nas questões socioambientais resulta na culpabilização do “consumidor”, alertando-o para a necessidade de sua mudança comportamental para a solução do problema. Com isso, a “culpa” pela crise da água tem influência intensa de interesses eleitoreiros da chamada “pequena política”. Neste sentido, compreendemos esta “pequena política” como a que trata “as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21), promovendo um grande debate que, indiretamente, mas intencionalmente, camufla as relações de poder da luta de classes da sociedade, favorecendo a política hegemônica. Na conjuntura atual, essa política hegemônica tem se manifestado naquilo que vem sendo denominado como neoliberalismo, que se configura como a expressão do capitalismo no mundo ocidental, servindo de maneira orgânica aos interesses desse modo de produção (PIRES; REIS, 1999).

Neste contexto, a realidade nos mostra que grande parte dos prejuízos e desperdícios da água resultam de ações do monopólio empresarial que transforma esse bem natural em recurso econômico. A título de exemplo, podemos mencionar o crime socioambiental que ocorreu em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão no município de Mariana/MG, envolvendo as empresas que representam o monopólio empresarial da Samarco, BHP e Vale, e que acabou atingindo a bacia hidrográfica do Rio Doce, contaminando as águas que abastecem uma grande parte da população. Esse é um exemplo concreto das múltiplas determinações que envolvem a questão do “consumo” da água e que não se encerra somente nas atitudes e comportamentos individuais, mas que coloca grandes proporções nas atividades e

interesses corporativos que estão relacionados ao acesso, uso e distribuição da água no território brasileiro.

Nesse sentido, os fundamentos de uma educação ambiental crítica que busca a transformação da relação entre natureza e sociedade, consideram que o debate sobre uma “crise hídrica” requer uma análise radical do tema, no sentido de compreender a raiz do problema e, no mesmo sentido, buscar um caminho igualmente radical para sua superação. A raiz, neste sentido, está no modo de produção econômico nesta sociedade. A princípio, a água precisa ser considerada um “bem comum da humanidade”, uma vez que ela é um elemento natural imprescindível para a vida e, portanto, precisa ser um direito garantido a todos. No entanto, a água é tornada mercadoria.

Como vimos até aqui, existe uma tendência de tratar a água como um “recurso”, ou seja, mercadoria, destinado ao uso individual do ser humano. Essa situação coloca o indivíduo como um consumidor culpado pelo “uso indevido” da água, responsabilizando-o pela ausência de atitudes e competências que dependem de comportamentos preservacionistas, quando, na realidade, as determinações econômicas assumem uma proporção muito maior quando se trata do desperdício. De acordo com os dados da Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, disponível no site da Agência Nacional das Águas (ANA), temos a seguinte situação:

Como esperado, a maior vazão de retirada foi para fins de irrigação, 1.270 m<sup>3</sup>/s, o que corresponde a 54% do total, seguido do uso para fins de abastecimento humano urbano, cuja vazão de retirada foi de 522 m<sup>3</sup>/s. Com relação à vazão efetivamente consumida, que representa 51% da vazão de retirada, 72% correspondem à demanda de irrigação, seguida de dessedentação animal (11%), abastecimento urbano (9%), abastecimento industrial (7%) e abastecimento rural (1%) (BRASIL, 2012).

Estes dados mostram que o setor que mais “consome” água não recai sobre os comportamentos de cada indivíduo, nem mesmo no conjunto destes indivíduos em seus domicílios urbanos. O setor agropecuário, conhecido como o “motor” do desenvolvimento econômico brasileiro, utiliza a água como valor agregado nos *commodities*, aumentando as divisas no mercado internacional e proporcionando superávit na balança comercial.

No entanto, não se verifica na grande mídia qualquer “campanha” questionando o alto volume de água que é consumido pela irrigação e produção animal. Pelo

contrário, na perspectiva do modo de produção capitalista, quanto maior forem as divisas e o superávit, melhor para a economia. Enquanto isto, é colocado que o “culpado” pela crise da água é a população que não tem “consciência” de como utilizar adequadamente este “recurso”.

Compreendemos que culpabilizar o indivíduo pelo uso indiscriminado da água cumpre a função ideológica de “negar” o papel da água como um bem natural necessário à vida, reforçando o seu valor como mercadoria no atual sistema de desenvolvimento no contexto internacional, já que a dimensão individual dessa ideologia coloca o ser humano em uma posição “estranha” à complexidade envolvida na relação entre natureza e sociedade. Quando um bem natural é tornado mercadoria, não apenas é entendido como uma matéria prima infinita, mas também é desigualmente distribuído e consumido pela população. A desigualdade é fundamental para esta organização deste modo de produção da vida, ou seja, quando a água é tornada mercadoria no capitalismo, a desigualdade ao acesso e seu consumo é condição para a manutenção deste modo de produção e sua reprodução.

Ao trazermos esta análise, não significa que estamos defendendo o uso indiscriminado de água pela população. Entendemos, na verdade, que é necessário um conteúdo crítico para uma compreensão histórico-crítica mais totalizante dos fatores que estão envolvidos na crise socioambiental que envolve, inclusive, a água. Isto implica em uma formação com conteúdo político e crítico na prática socioambiental, pois possibilita o desenvolvimento de uma prática fundamentada e contestadora da questão da água.

Assim, neste contexto, a água torna-se mais uma mercadoria na linha de produção, sendo concebida como um recurso natural e não um bem e um direito inalienável, situação esta que responde à hegemonia e promove a acumulação de capital das grandes corporações, deixando mais pobre a disponibilidade de água de qualidade à maioria da população e tornando-a “culpada”.

Uma compreensão neste sentido, que toma como referência os pressupostos da educação ambiental crítica, possibilita entender que a raiz do problema socioambiental da água, no contexto da exploração socioambiental do sistema capitalista, não será resolvida por meio de ações pontuais individualizantes como: fechar a torneira na hora de escovar os dentes; contratação de encanadores; compra de caminhões-pipa;

privatizações de departamentos de água e esgoto e municípios; entre outras alternativas que são apresentadas corriqueiramente em nosso cotidiano. A questão da crise socioambiental que envolve a água é mais complexa e não será superada com ações pontuais que agem na consequência do problema, mas com ações que contestem a Política de Estado e de Governo que, cada vez mais, tende a tratá-la como mercadoria.

## **Referências**

- BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2012**. Ed. Especial. Brasília: ANA, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição Luis Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambient. soc.**, v. 17, n. 1, São Paulo, 2014.
- PIRES, M. F. de C.; REIS, J. R. T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.4, 1999.
- TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

## **Mini currículo dos autores:**

Marcela de Moraes Agudo: bióloga pela UNESP/Botucatu. Pedagoga pela UNESP/Bauru. Mestre e Doutora em Educação para a Ciência, trabalhando com formação de professores pedagogos em educação ambiental. Participa, desde 2011, do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GPEA) da UNESP/Bauru. Principais temas de pesquisa: Natureza e Sociedade. Trabalho docente. Formação de Professores. Educação Ambiental. Escola pública.

Lucas André Teixeira: geógrafo pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva, Mestre e Doutor em Educação para a Ciência pela UNESP/Bauru. É Professor Assistente do Departamento de Didática da UNESP/Araraquara, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão nos seguintes temas: Trabalho docente. Formação de professores. Estágio supervisionado. Ensino de Geografia, História e Educação Ambiental.